

PRAGAS, MALDIÇÕES E OUTRAS COSTUMEIRAS DEVOCIONAIS

José Gomes Quadrado

INTRODUÇÃO

Depois da socialização primária desenvolvida no seio da família e no contacto social com gente dum meio rural como as Mós, e pouco tempo antes de atingir a adolescência, fui submetido a um processo de aculturação, porque passei a residir na cidade do Porto. Durante este processo, na diversidade de usos e costumes, o que muito estranhei foram as diferenças na credulidade supersticiosa, integrando ou não as linguagens vulgarmente utilizadas, sobretudo na aplicação de expressões emotivas, de irritação e de revolta, mais ou menos obscenas. O linguajar portuense raramente incluía, explicitamente, as pragas e maldições; eram mais utilizados termos espúrios ou de referenciação obscena-sexual, que nas Mós só os ouvira a certos homens ou ao rapazio. Naquele meio urbano conheci, também, objectos e diferentes fraseados indiciadores de outras (mas igualmente antigas) costumeiras devocionais. Na religiosidade popular do Porto, o sincretismo animista das crenças estavam mais relacionadas com bruxas, lobisomens, mau olhado...

A estas me referirei comparando-as com as que conheci em ambientes rurais, mas vou ocupar-me primeiramente com as diferentes formas de amaldiçoar, de abençoar e de praguejar que memorizei nos tempos em que vivi e/ou estanciei nas Mós, em Mogadouro e em Lagoaça. Foram muito poucas as que encontrei confirmadas nos livros, já que, tirante os exemplos deixados pelo erudito José Leite de Vasconcelos, o que li sobre pragas e maldições eram exemplos quase todos referentes a costumeiras do Alentejo, do Algarve e outros a práticas e imprecações utilizadas por minorias étnicas ou religiosas, nomeadamente, ciganos e “cristãos novos”. Já o mesmo não acontece em relação a outras tradicionais superstições populares portuguesas.

Na bibliografia consultada retirei, sobretudo, alguns elementos necessários aos enquadramentos histórico e teórico.

A GENEALOGIA DE ALGUMAS SUPERSTIÇÕES

As pragas, as maldições e todas as fórmulas de imprecação integram um quadro de superstições que remontam aos tempos mais remotos. Durante milénios, o Homem manteve um conjunto de crenças inseridas num sentimento religioso fundamentado num terror indescritível dos astros e dos elementos da Natureza. Nestes tempos povoados de mitos, ele manteve uma concepção animística, sustentada pela crença de que tudo estava possuído por espíritos; todos os fenómenos naturais eram tidos por animados: o céu, os astros (mormente o Sol e a Lua), a Terra, os ventos, os animais e mesmo o próprio ser humano podia ser habitado por vários espíritos. Devido ao referido terror, “bem cedo” sentiu a necessidade da protecção de variados deuses ou de um ente supremo que o livrasse dos perigos e das ameaças a que se julgava sujeito.

Mesmo depois do fim do paganismo na Península Ibérica, foram muitos e significativos os vestígios de cultos e superstições da Antiguidade seguidos na Idade Média. Apesar da reconversão a que foram sendo sujeitos por parte da Igreja, os resíduos do paganismo, as reminiscências ou mesmo a sobrevivência de algumas das crenças confusas daqueles tempos foram sendo conservadas ao longo de séculos, chegando algumas delas até aos nossos dias, pois tanto no mundo rural como no urbano, encontramos indícios duma concepção mágica e arcaica da vida e do Mundo. A persistência do uso das pragas e maldições, por exemplo, comprovam, de algum modo, a sobrevivência desta concepção.

Em documentos datados do tempo da ocupação romana não raro deparemos com “*exsecratio*” (imprecação ou maldição), para reforçar a validade dos juramentos. Depois do fim do domínio romano e com o progressivo predomínio do catolicismo, a Igreja foi decalcando sobre



práticas religiosas e míticas coevas, e assim se foram conjugando dois princípios, o católico e o pagão, sobretudo a partir de meados do século VII, (depois dos visigodos terem conquistado toda a Península) passou a vigorar uma concepção que implicava o dualismo Deus/Diabo, Céu/Inferno, Salvação/Condenação. O que não podia ser atribuído a Deus era-o ao Demónio ou aos seus sequazes terrenos.

Dentro deste sistema as muito temidas “maldiçoens” passaram a ser utilizadas por nobres e clérigos não só para reforçar e validar juramentos, mas também como instrumento considerado indispensável para imporem o seu poder e a sua vontade mesmo depois da morte. Prova disto mesmo está no facto delas aparecerem inseridas em quase todas as escrituras, testamentos, doações e, inclusivamente, nos emprasamentos de frades. Neles constavam as mais execrandas e temíveis imprecações, ameaçando os transgressores de qualquer cláusula com interjeições como *Abaritan* (1), que equivalia à seguinte imprecação: “Sepultado sejas tu vivo nos infernos como foram Core, Datan e Abiron”.

Quando visitei o castelo de Lorvão, soube que no respectivo cartório existiu uma doação feita ao respectivo mosteiro, datada de 1086, escrita em latim, que explicitamente dizia (traduzido para português moderno): - o que for contra esta doação seja excomungado por Deus Padre, por Jesus Cristo, pelos anjos e apóstolos – “ut, et de hoc Seculo, sicut Datan, et Abiron”...

Na doação de D. Teresa ao Bispo do Porto (D. Hugo), feita em 18 de Abril de 1120, constava: “E se algum dos meus parentes, ou estranhos, tentar romper, tirar ou quebrantar este instrumento e carta de doação, ou couto, primeiramente incorra na ira de Deus, e seja apartado e alheado do Santíssimo Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo – e, não se emendendo, tenha no inferno o mesmo lugar que tem o traidor Judas Iscariotes”(2).

Terríficas são também as seguintes imprecações: “E quem quebrar este foral e não der a emmenda”...”seja maldito e excommungado e atormentado sem fim no inferno, com Judas Scharioth e com o próprio demónio; e vossos filhos e netos ardam nas próprias chamas, se contradisserem este contrato.”

Tal como se amaldiçoava quem ignorasse as prescrições, assim se abençoava quem as cumpria. Tome-se como exemplo o que ficou exarado no foral de Lisboa, de 1179:

“Quem cumprir uma disposição seja abençoado de Deus, quem não cumprir seja amaldiçoado”(3).

Acreditava-se, portanto, que bastava um simples acto de vontade para que os votos malignos ou benignos tivessem efeito mesmo depois da vida terrena, no Além.

IMPRECAÇÕES, EXECRAÇÕES E MALDIÇÕES

Talvez se imponha explicitar o significado destes três vocábulos.

No sentido rigoroso do termo, imprecação consiste em desejar (verbal ou mentalmente) a alguém os maiores infortúnios e calamidades; através duma súplica ou por meio duma oração, rogando a um poder superior que fulmine males contra alguém. Execração é a acção de execrar, isto é, de pretender tirar a alguma pessoa o que ela tem de sagrado, ou provocar contra ela a “vingança celestial”, é uma espécie de anátema religioso. A maldição é o acto ou o efeito de amaldiçoar, de desejar, anunciar ou agourar males a alguém ou a alguma coisa, com desejo que eles sucedam, usando, por vezes, palavras solenes, nem sempre ditadas por sentimentos de ódio ou de aversão, mas invariavelmente lançadas como se fossem sentenças.

Depois de ter vivido num tempo e no seio duma comunidade onde existia o enraizado hábito de amaldiçoar e de praguejar, só já na idade adulta percebi quando as pragas e as maldições eram ou não ditadas pela crença e pelo temor no sobrenatural, tanto por parte de quem as proferia como dos alvejados. Percebi, também, que existiam diversos graus de credibilidade: enquanto que para a maioria das pessoas elas eram absolutamente inócuas, para outras as maldições eram perigosas, porque poderiam causar danos irreparáveis.

Então, soube também que existiam pessoas religiosamente menos escrupulosas, que apesar da sua constante presença nas várias cerimónias religiosas, alimentavam ódios ou rancores implacáveis e ocultos. E porque eram incapazes de perdoar, procuravam obter os piores dos males para alguém que odiavam ou que invejavam, chegando ao ponto de invocar o nome de Deus, porque O concebiam à sua própria imagem, atribuindo-Lhe o papel de vingador, imaginando-O como alguém que a todos espreitava e aguardava o momento propício para executar o castigo. E nesta conformidade, chegavam ao cúmulo de acreditar que lançando imprecações ou execrações durante a missa, entre a elevação do cálice e da hóstia, elas cairiam certas, provocando malefícios irreparáveis. De mistura com ave-marias e salve-rainhas ditas num fervor religioso de superstição, lançavam imprecações tremendas como esta:

“Entre o Cálix e a Hóstia,

Ó meu Deus, eu Vos peço:
Que F... tenha tantas fadigas
Como as que me afligem a mim.”

Tal como na Idade Média, qualquer imprecação ou maldição era considerada mais terrificante quando se invocava o Céu ou o nome de Deus, porque “reforçava a sua eficiência, a sua perigosidade” e exercia uma maior intimidação. As mais “graves e solenes” incluíam expressões como as dos seguintes votos malignos, lançados como sentenças:

- O Céu permita que não vejas mais a luz do dia!
- Deus permita que tenhas tantos trabalhos que nem no Inferno tenhas descanso!
- Deus te dê tantos anos de vida, como os que para mim me desejas!

Também eram lançadas maldições, utilizando a conhecida interjeição oxalá! (derivada do árabe *Enxá alla* (4) e que significa, “Queira Deus” ou “Deus permita”), exprimindo votos tão malignos como os seguintes:

- Oxalá que vivas toda a vida tão desassossegada, como me desassossegaste a minha!
- Oxalá que te seques como as palhas!
- Oxalá que onde tens o maior gosto, venhas a ter o maior desgosto!

Apesar de temerem muito o Diabo e as penas do Inferno (ou talvez por isso) quando não pediam a Deus, apelavam ao Demónio:

- O Diabo te leve para bem longe da minha vista!
- Que o leve o Diabo! (significando, que o leve a morte!)
- Excomungado, o Diabo te leve p’rás profundezas do Inferno!
- Apoquentado sejas tu nas profundezas do Inferno!

Mas estas e aquelas fórmulas não eram gerais, havia outras que mesmo não incluindo a invocação de Deus e do Céu, eram vociferadas por gente muito assanhada:

- Amaldiçoado sejas tu! (A grafia deixa perceber que esta era uma maldição antiga).
- Tantos trabalhos tenhas, como de arrelias me trazes!
- Trabalhos te persigam, maldito!
- Maldito sejas tu!
- Maldita a hora em que meus olhos te enxergaram!

Também havia maldições ditadas pelo desgosto ou pela amargura:

- Mal haja quem te fez mal, minha filha!

Segundo as tradições da religiosidade popular, “as maldições podem ser como as procissões, donde saem tornam a entrar“. Com efeito, era ponto assente que se a pessoa alvejada pela maldição não merecesse o castigo que lhe era desejado, por ter alma digna e pura; o mais certo, era elas caírem em cima de quem as rogara.

No tempo e nos poucos casos em que eu próprio ouvi amaldiçoar, nunca vislumbrei a intenção de desejar males irremediáveis a alguém; entendi-as como integrando o costume de rogar pragas e maldições, muito frequente na gente simples das Mós. Evidentemente que existiam excepções à regra que prevalecia lá e noutras localidades por onde passei. Aqui e ali, a maioria das pessoas que lançavam maldições, não eram motivados por sentimentos de ódio ou de raiva. Nuns casos, tratar-se-ia do uso de imprecações aliviadoras de amarguras (como naquele último exemplo); noutras situações, seriam desabafos de gente zangada, indignada, quase sempre passageiramente, contra alguém ou por qualquer motivo.

Em contraposição às imprecações e maldições havia o hábito de bem dizer, de louvar e de lançar bênçãos. Era muito frequente ouvir louvar a Deus: - Bendito seja o Senhor! - Louvado seja Deus!

Mas para além das que serviam para louvar ou agradecer a Deus, eram muito comuns as chamadas bênçãos invocativas, através das quais se pedia a Deus um benefício, sobretudo quando o acto de abençoar ou de abençoar significava desejar ou pedir saúde, bens e prosperidades para alguém. Estas vinham quase sempre como resposta ao pedido da bênção de filhos, de netos ou de afilhados, quando ainda crianças, e geralmente formulado do seguinte modo:

- Deite-me (ou “bote-me”) a sua bênção meu... (ou minha...) – e depois de (quase sempre) um beijo na mão direita, invariavelmente ouvia a resposta:
- Deus te abençoe! Ou, – Abençoado sejas!

Significando, portanto, desejar ou pedir a protecção de Deus sobre um descendente ou um afilhado. Também acontecia empregar o adjectivo abençoado para gabar alguém por ter praticado um acto digno de louvor: -- Ó abençoado homem! ... Bem-haja ele!

AS PRAGAS E “OS RAIOS POPULARES”

Os que desconhecem as costumeiras de Trás-os-Montes e Alto Douro definem o rogar pragas como significando o desejo de que do Céu venham males ou desditas para alguém, como se de uma verdadeira maldição se tratasse. Nesta senda, vieram os mais recentes dicionários apresentar o praguejar como sinónimo de “amaldiçoar, de preferir imprecções contra alguém ou contra alguma coisa. Uns e outros acabam por considerar a generalidade dos praguejadores como pessoas de má índole e com linguagens perversas.

José Leite de Vasconcelos, depois de anos de investigação no mundo rural (incluindo Foz Côa) acabou por concluir que o povo distinguia “rogar ou pedir pragas e amaldiçoar”, acrescentando que “a praga é uma maldição atenuada”.

Mais do que concordante com esta distinção, diria que (por aquilo que conheci nas Mós e não só) rogar pragas mais não seria do que vociferar expressões emotivas, uma forma de descarregar a cólera, e não raras vezes, servia para admoestar ou reprovar. Mesmo os praguejadores mais renitentes nunca me deixaram perceber que a sua balda enraizava em sentimentos de ódio ou de aversão a alguém ou a alguma coisa (como atrás ficou dito). Sempre me deixaram a ideia de serem de pessoas muito insofridas e que quando se arrenegavam, eram incapazes de se controlarem e então encontravam no praguejar uma forma de descarregar a sua cólera, sem ter em mente o desejo que uma desgraça ou um mal castigasse a pessoa ou um animal à qual a praga era dirigida.

O verdadeiro raio, ou seja, a descarga eléctrica entre uma nuvem e o solo, fulminará qualquer ser vivo que encontre no seu percurso, mas o raio popular saído da boca do praguejador colérico ou irado fulminava, apenas, com ameaças ou repreensões. As pragas rogadas tinham uma gradação conforme o génio do praguejador e da situação o tornar mais ou menos furibundo. Os mais irascíveis quando se arrenegavam com alguém, com algum animal ou com alguma coisa, exteriorizavam a sua cólera, afrontando-os ou censurando-os com maior veemência:

- Um raio viera que te partisse, malvado!
- Raios te partam, excomungado dos infernos!
- Raios partam a terra, mais que tem parte nela!

Mas quando o estado de zanga e o nervosismo eram menores, as pragas eram rogadas com um misto de cólera e de reprovação:

- Vai p`ró raio que te parta!
- Um raio te partira!

No seio da comunidade mosense havia quem, possuindo um maior equilíbrio emocional, não perfilhasse esta balda, incluindo aqueles que por escrúpulos religiosos, não só não rogavam pragas mas também censuravam quem praguejava por considerarem que era um hábito irreligioso, que ofendia a fé católica, mesmo nos casos em que era considerado um pecado “venial” (perdoável). Outras pessoas havia, mais crédulas, que se recusavam ou abstinham de rogar pragas, por julgarem que as respectivas expressões eram perigosas e, portanto, capazes de atrair os raios fulminantes.

Muitos dos que não perfilhavam a costumeira de praguejar, recorriam a eufemismos, ou seja, utilizavam fórmulas mais ou menos suaves e em conformidade com as circunstâncias. As pragas eram então eufemizadas, principalmente: por meio de substituições, de elipses, de deformações, de termos ou expressões genéricas e complementos desculpadores. Vejamos alguns exemplos:

A praga – *Raios te partam!* - Era atenuada com a expressão – *Rais te partam!* - Ou substituída por: -*Rais te pelem;* - Noutros casos, acrescentavam-lhe um ou dois complementos desfalcantes, e então ficava: - *Raios te partam, nunca nem agora!*

Algumas mães, arrelhadas com as diabruras dos filhos, eram levadas a desabafar, dizendo:

- *Diabos te levem!* – Imediatamente desfalcada pelo complemento: - *Deus me perdoe...*

Do mesmo modo, quando era dirigida ao cônjuge: - *Rais te partam, homem! O Senhor me perdoe...*

Outros eufemismos menos conhecidos, ouvia-os eu nas Mós, como por exemplo:

- Mal haja o que “no” presta!
- Trabalhos te persigam, nunca nem agora!
- Mal haja o pecado!

- Raios te pelem, alheia! (quando a galinha duma vizinha comia o grão das galinhas da casa), etc.

E em Mogadouro, anotei esta:

- Rais partam um cão a quem tem dois!

Os educadores que usavam maior contenção verbal, quando algum dos seus educandos rogava uma praga ou proferia um qualquer “palavrão”, apressavam-se a recomendar-lhes o “devido recato” ou ralhando com eles, acabavam invariavelmente por lhes dizer: - Dobra a língua!

Nas Mós, mais do que em Mogadouro ou em Lagoaça, usavam e abusavam do hábito de praguejar. Mas (como já referi) tirante alguns homens ou o rapazio, muito raramente se ouviam termos espúrios ou de referenciação obscena-sexual com a facilidade com que eram (e são) regurgitados nos grandes centros urbanos como Porto e Lisboa. Dantes faziam-no como quem reproduzia invocatórias e objurgatórias da mais remota antiguidade, como que a conjurar as forças produtivas da matéria e as reprodutivas da natureza viva; depois, devido às mudanças verificadas nas concepções e na linguagem, passaram a ter conotações de agressividade-defesa contra o próximo ou contra um outrem plural.

Mas como vinha dizendo, nas Mós não era muito corrente ouvirem-se pronunciar “palavrões obscenos”, nomeadamente quando se verificava a proximidade de mulheres e/ou de crianças. Em substituição de termos espúrios, empregavam-se palavras e expressões sucedâneas ou eufemismos:

- Porra! – Arre-Porra! - Coza-se! - Vai-te cozer! - Catano! - Carai!

Ou então, mais moderadamente:

- Catancho! - Caraças! ...

ESCONJURAR O DIABO E OS SEUS ALIADOS

O Diabo do imaginário medieval correspondia à apropriação dos deuses maléficos da mitologia pagã. Daí que a tradição oral e a iconografia populares tenham vindo a representar o Diabo com cornos, quer sob a figura de um homem de feições medonhas, quer sob a forma de um bode com cauda, encarnando o génio do Mal, e considerado como o mandante de todos os outros demónios encarregados de manter acesas as labaredas, as chamas ardentes e rubras, destinadas a abrasarem as almas que vão penando no Inferno em eternos sofrimentos e dores.

A religiosidade popular que chegou ao século XX, não sendo expressamente antagónica ao cristianismo, apresentava um conjunto variado de credices conducentes a um sentimento religioso enraizado no terror, contrário à razão, o que levava alguma gente ao cumprimento de falsas obrigações, a quimeras ou a acreditar em coisas ineficazes. Revelando a sua procedência medieval, ela fundamentava-se na dualidade de poderes, segundo a qual o Homem viveria perante duas forças antagónicas: o poder divino e o poder luciferiano. Deixando implícita a ideia de que o Demónio, com ou sem a ajuda de espíritos malignos, conseguia, por vezes, contrariar a vontade e o poder de Deus, obrando malefícios e desviando os mortais do caminho da salvação. E não se pense que era apenas entre o povo rude e ignorante das aldeias que continuava a existir esta e outras credices, porque não era assim, visto que nas grandes cidades, a crença em Deus podendo ser mais esclarecida, apesar disso, a superstição dominava (e domina) fortemente muitos dos espíritos dos cidadãos, como veremos adiante.

Portanto, muitas eram as pessoas que tendo como certa a existência de Deus, acreditavam, também, nos poderes diabólicos e infernais que julgavam criados para torturarem o já de si fraco espírito do Homem. Era um poder muito temido, sobretudo porque conseguia fazer com que os humanos caíssem em tentação e depois na perdição, já que a sua principal intenção era a de encaminhar as suas almas para o Inferno que ele dirigia, como ficou dito. E tão execrável era a sua fama, que algumas pessoas se recusavam a utilizar os nomes frequentemente referidos no Novo Testamento e no Apocalipse (Diabo, Demónio, Satanás, Lúcifer, etc.) e passavam a nomeá-lo por Demo, Dianho, Pecado, etc., ou por outras alcunhas que consideravam mais deprimentes: “Cão Tinhoso”, “Porco Sujo”, “Excomungado”...

E era com alguns destes apodos que o exorcizavam quando presumiam a sua proximidade ou a sua intervenção:

- Arrengo-te, Porco Sujo! - Porco Sujo, mal lavado, vai-te à forca! – Some-te Excomungado!

Isto porque imaginavam o Diabo capaz de se tornar invisível, conseguindo, assim, estar presente para as apouquentar e lhes fazer perder a paciência, contribuindo para a perdição da sua alma. E para além daquelas, outras palavras e expressões esconjuratórias utilizavam, tais como:

- Abrenúncio! - Cruzes Canhoto! – Excomungado, que me estavas a tentar!

Nas Mós, havia quem pensasse que os redemoinhos ou remoinhos eram “obra do Diabo”, para dançar no ar e “sempre à roda”, escondido pela poeira e pela folhagem erguidas em movimentos rápidos e circulares. Outros mantinham a credence de que o Diabo para tomar figura humana espolinhava-se como os burros, fazendo grande poeirada, no meio do qual ele se agitava. A maneira de o exorcizar era sempre a mesma, punham os dedos em cruz e diziam:

- Porco sujo, mal lavado, vai-te à forca! Ou então: - Credo! - Abrenúncio!

E assim afastavam o Demónio e os malefícios que ele pretendia deixar.

Eu conheci muitas pessoas que quando bocejavam, faziam cruzes na boca com a mão direita. Diziam que era para impedir a entrada de influências do Mafarrico.

Segundo a crença popular, as principais aliadas e as melhores auxiliares do Diabo na Terra eram as bruxas. Era uma credence com origem na mais remota antiguidade e que ficou profundamente arraigada durante a Idade Média. Nesta era prevalecia a crença de que era possível fazer pactos com o Diabo, cedendo-lhe a alma em troca de gozos terrenos e de vantagens materiais. Assim, quando se pretendia obter vantagens a todo o custo ainda que com a violação dos mandamentos da Igreja, das leis e dos preceitos morais comuns, “vendia-se a alma ao Diabo”.

Quem tinha a “obrigação” de lhe obedecer cegamente eram as bruxas, mulheres que se tornavam génios malfazejos, depois de celebrarem com o seu ele um pacto que as levava a fazer todos os males que o patrono lhes ordenava. E o Diabo, em troca, dava-lhes o poder de adivinharem o futuro, além de lhes ensinar artes tão misteriosas que chegavam ao ponto de se poderem tornar invisíveis, como ele.

Dizia-se no Porto que quando uma mãe tinha cinco filhas e um filho, se tivesse mais uma, ela deveria ter por madrinha a irmã mais velha e para não “correr o fadário” das bruxas teria que se chamar Maria (ou Eva). Do mesmo modo, se tivesse cinco rapazes e uma rapariga, ao sétimo tinha que lhe dar o nome de Bento (ou de Adão) e o padrinho seria o irmão mais velho, senão daria em lobisomem.

Quer as bruxas quer os lobisomens actuavam principalmente de noite. Eles “corriam o seu fadário” montados num cavalo (quase sempre branco). Elas reuniam-se às sextas-feiras nas encruzilhadas dos caminhos, fazendo mal a quem por lá passasse, principalmente aos homens, a quem faziam as mais incríveis picardias como, por exemplo, tirarem-lhes as calças, para depois caçoarem deles.

Mas segundo a mesma credence, elas provocavam os piores males quando, através dos olhos (por malvadez própria ou a rogo do patrono ou de alguém) lançavam: o “mau-olhado”, o “quebranto” ou “golpe de mau ar”, termos que designavam uma doença que fazia com que o alvejado começasse por empalidecer e continuasse a definhar, até “ficar seco como as palhas”. As criaturas mais sujeitas a este suplício eram as crianças, porque não faziam figas. Por isso, no Porto (e não só) era costume, à falta de rezas refugiadoras, “protegerem-nas” com figas, sino saimão, meias luas e outros amuletos, pendurando-os no pescoço ou nos bracitos das crianças. E as próprias mães e avós procuravam igualmente “proteger-se” do mau-olhado das bruxas e de quem a elas recorria, trazendo consigo rosários, cruzes, medalhinhas e amuletos, alguns deles idênticos aos acima referidos.

Nas Mós, tal como noutras terras do nosso concelho, para livrar as crianças do mal que lhes poderiam provocar as feiticeiras (raramente lhes chamavam bruxas), era costume vestir-se-lhes as roupinhas interiores às avessas.

Quando se descuidavam de prevenir o mal, tinham que “acudir à vítima, cortando-lhe o ar”, através duma reza, pois só assim os adultos se poderiam curar e as crianças medrar.

Uma informante originária do distrito de Viseu, falou-me duma antiga costumeira da sua terra, segundo a qual quando alguém passava por uma mulher que considerava sua inimiga ou bruxa, temendo que lhe deitasse mau-olhado, escondia as mãos, fazia figas e esconjurava-as. Mas para “acudir” a alguém vítima do mau-olhado ou do quebranto, diziam a seguinte reza, fazendo sucessivas cruzes com a mão direita:

Dois to deitaram,

Três to hão de tirar:

As três Divinas pessoas

Da Santíssima Trindade.

Depois, deitavam 3 pingas de azeite num prato com água: se elas fossem ao fundo, a vítima continuava com o mau-olhado, se ficassem ao cimo era porque já estava curada.

No Porto, mais do que nos meios rurais onde vivi, havia pessoas que acreditavam em bruxedos, na arte sobrenatural e diabólica com que as bruxas dominavam a vontade das pessoas, capaz de transtornar o seu juízo, privá-las da saúde e até da própria vida. E para lhes causarem todo estes danos, bastava-lhes evocar o patrono, lembrando-lhe o pacto preestabelecido.

Bruxas, benzedeadas e bruxos, menos invisíveis e imaginados eram os exploradores de crenças que actuavam na cidade e sobretudo nos arredores (era famoso um tal Alcipes de Ermesinde). dando “consultas” e fazendo defumadouros à socapa. Mas estes afirmavam que o seu poder vinha de Deus e que as suas visões eram santas.

OUTRAS CRENDICES CITADINAS E RURAIS

Para além dos males que o Diabo e as bruxas directamente faziam, acreditava-se que eles, em certos casos, atribuíam aos afectados pelo “mal de inveja” um poder capaz de impor malefícios a outrem com um simples olhar; ou seja, através dos olhos, janelas dos seus corações ruins. Portanto, quando as pessoas não se precaviam com rezas ou com os amuletos como os acima referidos, ficavam sujeitas a que o “mau-olhado” dum invejoso ou dum rancoroso lhes trouxesse doenças, malefícios ou azares para dentro de suas casas.

À falta de rezas ou de amuletos, havia quem pregasse uma ferradura (achada nos caminhos) na parte de fora das portas das casas de habitação e das lojas (cortes), livrando, assim, as pessoas e os animais do mau-olhado e das feitiçarias.

O “mal de inveja” foi desde sempre considerado como uma paixão torpe procedida por um sofrimento provocado pelo facto dos invejados possuírem capacidades, talento ou a riqueza que eles almejavam. E afectados por este mal, procuravam desluzir, a todo o custo, os méritos ou as venturas dos invejados. Mas “era certo e sabido” que ninguém conseguia ter boa saúde, paz e sossego, tendo por perto um invejoso. Para obstar a estas invejas “dó” pé da porta” (que eram as piores) “toda a cautela era pouca”. Por isso, deviam evitar-se “a todo o custo” a referência a vantagens, fossem elas quais fossem, mesmo sendo verdadeiras. É que as más vizinhas ou outros invejosos e rancorosos podiam ter poderes para lançarem o mau-olhado ou bruxedos, e por precaução, sempre que houvesse a mínima desconfiança, era aconselhável fazerem figas, livrando-se assim de um mau-olhado, causador, entre outros males, do quebranto (doença ou abatimento físico e anímico).

Para além do “mal de inveja”, também os ciúmes e outras rivalidades ou divergência de interesses (relacionada com partilhas, por exemplo) faziam com que se desenvolvessem inimizades que uma vez arreigadas, degeneravam em ódios e rancores intermináveis. E eram estas malquerenças que também levavam certas pessoas a temer que o Diabo ou as suas aliadas atribuíssem aos seus “inimigos” um poder sobrenatural capaz de lhes impor malefícios, entre os quais uma doença, através duma reza ou dum simples olhar, como disse.

Havia gente que acreditava que quando elas próprias ou alguém que lhe era querido adoecia (mormente com doenças do foro psiquiátrico), ou quando alguma coisa corria mal nas suas vidas, tais desditas só podiam ser atribuídas ao “mau-olhado”. Portanto, as manifestações de histerismo e de epilepsia só aconteciam devido a funestas influências sobrenaturais, e as vítimas, tidas como endemoninhadas ou possessas, tinham que ser exorcizadas. E alguns dos exorcismos seriam da competência das “rezadeiras”, que além das rezas, atalhavam com defumadouros. Mas se entendiam que a “doença era obra do Diabo”, aconselhavam a presença dum sacerdote para benzer a vítima.

Em última instância, os que temiam ser “atingidos pelo mau-olhado” ou por uma qualquer feitiçaria, pediam a protecção ou a vingança de Deus. E uma das maneiras de manterem sempre presente este pedido, consistia em comprar nas feiras louça gravada com aforismos como estes: “Deus nos livre do mau-olhado”, “Deus te dê em dobro aquilo que me desejas”; Deus não dorme”; etc. Louça que depois ficava exposta nos sítios mais acessíveis das respectivas residências.

No Porto, quando um cônjuge ou um namorado se embeaçava por outra mulher e fazia tudo o que esta queria e dizia, atribuíam este procedimento ao facto da amásia lhe ter “dado a beber água de cu lavado”(5). Também aqui (e certamente noutras terras) o 1º de Maio era dedicado às Maias (giestas de flor amarela) que neste dia eram colocadas nos ombrais de portas e janelas para “espantar o carrapato”, ou seja, o azar ou o próprio Diabo. Também esta é uma costumeira que remonta a tempos imemoriais.

Nesta cidade, quando alguém dizia que estava engalinhado, queria deixar perceber que se considerava “azarado”. Como é sabido, azar é sinónimo de pouca sorte, de infortúnio e distingue-se do agouro ou do mau presságio porque estes representam sinais, prenunciando males ou coisa ruim. “Maus agoiros ou maus presságios” eram, entre outros: ouvir cantar o galo antes da meia-noite, ouvir um cão a uivar, tal como ouvir o mocho ou a coruja piarem no telhado, etc. Qualquer

um deles poderia ser, até, prenúncio de morte. Também era considerado “mau agoiro”: derramar azeite, partir vidros, ter uma galinha que cantava como os galos, pisar sal, etc.

Para evitar que alguns azares acontecessem, era indispensável conhecer as práticas que os evitavam. Uma das mais conhecidas tinha a ver com “perigo” de abrir um guarda-chuva dentro de casa. Se houvesse um descuido, “o remédio” para evitar que azar perseguisse o descuidado era abri-lo e fechá-lo três vezes consecutivas. Outra; menos conhecida, era a seguinte: para se obter uma boa incubação, deveria “deitar-se” à galinha choca um número ímpar de ovos, ao tocar das Trindades.

Ainda hoje, quando alguém coloca a hipótese de alguma coisa correr mal ou poder ocorrer um insucesso, são muitos os que se apressam a dizer: “- Credo!... P’ra longe vá o agoiro!”

No Porto usava-se também o termo enguiço, sinónimo de obstáculo, de contratempo, de empata.

Deixar cair o que se tem na mão, era sinal que há alguém que nos quer falar”; entornar vinho na mesa é sinal de alegria... Enfim, são incontáveis as superstições portuguesas.

JURAS, DESVENTURAS E DIVERSAS SUPERSTIÇÕES

Remonta ao tempo da ocupação romana a prática das juras e dos juramentos, os quais tinham uma grande importância mágica e religiosa. Já então consideravam que jurar em falso poderia trazer consequências terríveis. Tal como actualmente, faziam as chamadas juras “asseverativas”, destinadas a reforçar o que se dizia, eram afirmações ou negações com as quais procuravam garantir que se falava verdade. Leite de Vasconcelos apresenta-nos a tradução dum curioso documento em que Caio Umidio Quadrato, na qualidade de legado pró-pretor do imperador C. César Germânico, ouviu de cada um dos Aricienses que tinha na sua presença, o seguinte juramento: -“juro-o em minha consciência que serei inimigo de todos os que souber inimigos do imperador”(6). Na Roma antiga (como na Grécia) jurava-se sem referir os deuses, na Península Ibérica cristianizada o nome de Deus era quase sempre invocado.

Nas juras modernas deixaram de O invocar, mas não perderam a “severidade”:

- Se não é verdade o que digo, eu não veja mais o meu filho!
- Eu arda se vi!
- Ceguinha seja eu, se...
- Juro pela minha saúde!

Jurar a pés juntos significava (e significa) jurar com a maior firmeza. Mas o contrariante ditado popular afirma: “Quem mais jura, mais mente!”

Na linguagem tradicional das Mós entravam muitas e variadas fórmulas de jurar, mas nela não tinham cabimento muitos dos termos usados pelos supersticiosos cidadãos como, por exemplo: “mau-olhado”, bruxedo, azar e outros. Ali as pessoas mais conformistas culpavam a “pouca sorte” dos infortúnios que as atormentavam, ou então atribuíam-nos a castigos divinos por pecados cometidos. Algumas vezes, apoquentadas com as agruras da vida, maldiziam a sua sorte, e porque se consideravam malfadadas, desabafavam com termos como estes:

- Maldita sorte a minha!
- Maldita a hora em que vim ao mundo!
- Pois se tu és filho da pouca sorte...

Segundo uma generalizada crença popular, nas origens da boa sorte ou má fortuna residem razões incógnitas que conduzem ao êxito ou ao fracasso. Muita da nossa gente acredita, tal como os pagãos, numa divindade injusta, caprichosa, cega e inconstante, que a uns favorece e a outros não; numas alturas sim, noutras não. Esta filosofia está bem presente no Rifoneiro Popular Português:

“Deus o dá, Deus o leva.”

“A sorte é como o raio, nunca sabe onde vai cair.”

“Aos afortunados até os gatos lhes põem ovos.”

O fatalismo que leva as pessoas a crer na imutabilidade do destino está, também, repetidamente testemunhado em quadras do nosso Cancioneiro. Aqui vai um exemplo:

“Fechei a porta à desgraça, / Entrou-me pela janela; / Quem nasceu para má sorte, / Não pode fugir a ela!”

Também lá encontramos versos alusivos ao acto caridoso de dar a esmola aos pobres para sufragar as almas dos entes queridos já falecidos, como os seguintes, que eu ouvi cantar aos “ceguinhos”:

“Quando derdes a esmola ao pobre, / Vede bem como la dais; / Lá no outro mundo tendes / Vossas mães e vossos pais.”

Outras quadras, responsos ou orações encadeadas aqui deixaria exemplificadas, se não ultrapasse o número de páginas previamente estabelecido. Mas não posso deixar de fazer breves referências a algumas práticas de devoção, às quais eram atribuídos efeitos infalíveis. Mas só algumas poderão ser classificadas de supersticiosas, embora todas procedam da confusão do divino com o mito.

Era muito comum responder Santo António para que alguma coisa perdida reaparecesse ou para que não sucedesse um mal que se receava. Uma versão pouco conhecida ficou transcrita no meu opúsculo “Mosenses do Passado e do Presente”, e encontra-se disponível no “sítio”, **damos.blogspot.com**.

Em terras do nosso concelho praguejava-se de ânimo leve, mas quando relampejava e se ouvia o ribombar dos trovões, o medo e até o terror apoderava-se de muita gente, havendo quem atirasse com amêndoas pegadas (ou “paridas”) para os telhados, afim de afastar as trovoadas. E contra os raios invocava-se Santa Bárbara: - Santa Bárbara Bendita! Ou murmurava-se: - Magnífica! Magnífica!

Vejamos agora algumas costumeiras devocionais relacionadas com o pão:

As forneiras ao meterem o pão no forno deveriam dizer, “Cresça o pão no forno, as almas no Céu e o bem no Mundo todo”; à mesa, quando um pão estava virado, devia pôr-se direito, porque enquanto se mantinha ao contrário, Nosso Senhor chorava; quando um pão ou um bocado dele caísse no chão, era preciso apanhá-lo o mais depressa possível e beijá-lo de seguida, este beijo era para desagravo de Nosso Senhor.

Em alguns dos cruzamentos dos nossos caminhos encontramos nichos encaixados ou não nas paredes, alguns com imagens, outros com uma simples cruz pintada na laje fundeira: são as denominadas “Alminhas”, destinadas a lembrar aos caminantes as almas que vão penando no Purgatório.

Já os Romanos levantavam aras (aediculas) nas encruzilhadas de estradas e de caminhos, em honra de divindades chamadas, genericamente, *Lares compitales*.

Também de ascendência romana era o costume de pôr o ceppo ou a lenha a arder no Terreiro ou praça na noite de Natal, tal como outras práticas tradicionais: as fogueiras da noite de S. João, o Carnaval ou Entrudo, a serração da velha, etc., etc., etc.

CONCLUSÃO

A maioria das costumeiras e de outras tradições aqui analisadas ou simplesmente afloradas, são resultantes duma curiosa fusão de superstições que remontam aos alvares da pré-história com alguns conceitos trazidos pela romanização, fusão que viria a ser ajustada pela Igreja na Idade Média. Efectivamente, mesmo depois do advento do cristianismo, elas continuaram a manter-se durante séculos, graças a uma surpreendente mescla de superstições características da concepção mágica do Mundo e de sentimentos religiosos cristãos.

Com o advento do cristianismo, a formulação das imprecações, execrações e maldições mudou, porque nas fórmulas pagãs não era mencionado um ente superior preciso, ao contrário do que viria a suceder depois. Com efeito (como ficou dito), as imprecações e maldições rogadas, principalmente, pelas ordens sociais dominantes na era medieval, passaram a incluir a intervenção de Deus e ameaças com o Inferno para atemorizar quem ousasse contrariar a sua vontade e o seu poder, mesmo depois da morte.

Outras superstições que caracterizam a concepção mágica e arcaica do Mundo continuaram a prevalecer até aos nossos dias, pois tanto no mundo rural como no urbano encontramos um tempo povoado pelo mito, pelo mágico-religioso. Mas teremos que ter algum cuidado com as excessivas generalizações porque, como preveni, não devem ser considerados práticas supersticiosas o hábito de praguejar tão vulgarizado no linguajar de gente das Mós, bem como a usança de proferir termos esporcos ou de referenciação obscena-sexual muito comuns no modo de falar da gente simples do Porto (e não só). Uns e outros, na maioria dos casos, devem ser considerados como vocábulos ou expressões característicos das fraseologias regionais.

Outra coisa bem diferente é a religiosidade praticada por alguns, que embora não expressamente antagónica do catolicismo, continuam a desenvolver práticas que a Igreja durante séculos condenou. Estou a lembrar-me das cruéis condenações levadas a cabo pelo tribunal da

Inquisição a que foram sujeitas muitas mulheres acusadas: de bruxaria, de terem pactos e até relações sexuais com o Diabo. Mais de dois séculos depois do fim da Inquisição, continua a haver quem acredite e procure defender-se dos malefícios que os bruxedos lhes possam causar.

As diversas superstições aparecem ligadas a uma mentalidade arcaica. Contudo, muitas delas coexistem com o pensamento moderno e racional. E se empreguei quase sempre o tempo dos verbos no pretérito, isto ficou a dever-se ao facto de ter sido no passado que recolhi quase toda a informação que acima deixei. Mas a superstição continua a dominar alguns cidadãos de tal maneira, que para alguns dos actos da sua vida, apressam-se a consultar os adivinhos: E o que agora não falta em Lisboa, é gente crendeira em horóscopos e cartomancia.

E a costumeira de rogar pragas e maldições de tal maneira acabou por se entranhar na subconsciência dos portugueses, que não falta quem, em todo o País, continue a vociferar:

- Vá p`ró raios que o partam! – Vá p`ró Diabo que o carregue!

Há ainda aqueles que praguejam contra eles próprios:

- Raios me partam se eu ...

NOTAS

(1) ABARITÁN – adjectivo e interjeição de ABIRON+DATAN (maldição) dois antropónimos bíblicos. Imprecação que equivale a: que seja tragado pela terra como foram Abiron e Datan. Esta interjeição refere-se a dois judeus da tribo de Ruben que foram castigados por Deus por se haverem revoltado no Egipto contra Moisés e Arão. A terra abriu-se e engoliu-os vivos (Números, XVI, 31-33 e Salmo 11).

(2) Portugal Antigo e Moderno, vide VII volume, página 469. Mas se algum dos meus pacientes leitores quiser colher mais alguns exemplos, poderá consultar o ELUCIDÁRIO de Viterbo, 2º volume, pág. 377).

(3) Etnografia Portuguesa, vol. IX, p. 30).

(4) Vestígios da Língua Árábica em Portugal, Fr. João de Sousa, 1981, p 135.

(5) Esta expressão deriva duma antiquíssima costumeira “que consistia em dar desta água às crianças, nos primeiros dias de nascidos, para que lhes não tardasse a fala”. Gomes Monteiro e Corta Leão, “A Vida Misteriosa das Palavras”, Portugália Editora, Lisboa, 1944, p.18.

(6) Religiões da Lusitânia, III volume, p. 489 e 490.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Etnografia Portuguesa, José Leite de Vasconcelos, Imprensa Nacional-C da M, Lisboa, 1985, V e IX volumes.

Portugal Antigo e Moderno, A. Pinho Leal, Lisboa, 1874, VII volume.

ELUCIDÁRIO das Palavras, Termos e Frases que Antigamente se Usaram... – Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Livraria Civilização, Porto, “Edição Crítica”, 1966.

Superstições Populares Portuguesas – Contribuições para um Estudo, Benedita Araújo, Edições Colibri, Lisboa, 1997

O Mundo Antigo, Paul Petit, Edições Ática, Lisboa, 1976.

Religiões da Lusitânia, J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913,

(Publicado na revista: CÔA VISÃO – Cultura e Ciência, nº10)